

MEMÓRIA ORAL E APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MAPUTO: SUBSÍDIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08

Nilce da SILVA¹
Aparecida do Carmo Frigeri BERCHIOR²

RESUMO:

Esta comunicação é resultado de pesquisa realizada, em missão de trabalho, com o apoio do CNPq, por uma das autoras, com um grupo de moçambicanos, moradores da cidade de Maputo. A partir da coleta de dados de registro oral, o tratamento dado ao material aponta para resultados que demonstram que, para nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa, a língua portuguesa, oficial, foi a língua materna. Também, os resultados afirmam a diversidade étnico-cultural na capital moçambicana. Além disto, o conjunto das entrevistas realizadas indicou que as relações familiares e as estabelecidas na instituição escolar são marcantes para a inserção destes sujeitos no mundo lusófono, após a independência do país de Portugal. Ainda, a pesquisa revela a importância da memória oral em relação ao aprendizado da língua portuguesa. Tais reflexões, mesmo que, modestamente, pretendem se constituir em subsídio à implementação da Lei 11.645/08, acerca do estudo da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em salas de aula. Somam-se a estas contribuições as demais abordagens sobre a temática, que estarão disponíveis nos números 05 (setembro de 2008) e 06 (março de 2009), na Revista Acolhendo a Alfabetização em Países de Língua Portuguesa, disponível em: <http://www.acoalfaplp.net/>

PALAVRAS-CHAVE: Resgate das memórias; Maputo, aprendizado da Língua Portuguesa; Lei 11.645/08.

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo tirar do silêncio lembranças de um grupo de moçambicanos, habitantes da cidade de Maputo, e fazer da Revista Acolhendo a Alfabetização de Países em Língua Portuguesa suporte para a apresentação de registros

¹¹ USP. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e Faculdade de Educação da Universidade do Quebec - Trois-Rivières. Email: nilce@usp.br

² Faculdades Integradas Fafibe, Rua Prof. Orlando França de Carvalho, 325, CEP 14701-070, Bebedouro, SP, Brasil. Endereço eletrônico: acfrigeri@zup.com.br; diracademico@fafibe.br

escritos, que materializem as práticas e representações destes sujeitos, no âmbito do aprendizado da Língua Portuguesa. Tal proposta pretende integrar a elaboração de um *corpus* prático-teórico com a finalidade de compor parâmetros curriculares de abordagem étnico-raciais, favorecendo a adequação desta temática na educação básica, uma vez que se pretende constituir como subsídio para a Lei 11.645/08, que estabelece como obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em salas de aula. Tal legislação, como sabemos, vem exigindo modalidades de atualização continuada para educadores, tanto para repertório informativo específico como para formação de excelência na matéria. Desta forma, este artigo, assim como os números cinco, seis e sete deste periódico, pretende, por meio do suporte escrito e eletrônico, registrar experiências de vida para a reconstituição, ainda que parcial, da memória social do povo moçambicano. Isto porque, conhecer e relatar as lembranças que a vida em família, a vida na escola e no ambiente de trabalho, dentre outros locais, produziu nas histórias de vida de inúmeros seres humanos, que desde tenra idade são colocados sob a influência destas instâncias sociais, é um desafio para todo pesquisador interessado na gênese dos processos de formação identitárias relacionadas, sobremaneira, ao uso da Língua.

Um olhar sobre a cidade de Maputo

Memória, magia e corpo a palavra é a cidade
onde te revelas e se revela a aventura,
mergulho no ilimitado (...)

(Lourenço Marques, 1946. Poema incluído em
Negra Azul, assinado pelo heterônimo Duarte Galvão
in: <http://www.lusitanistasail.net/secco01.htm> acessado em 21 de maio de 2008)

Hoje, com cerca de 17.5 milhões de habitantes, ocupando uma extensão territorial de aproximadamente 801.590 Km², Moçambique é a mais populosa das antigas colônias portuguesas de África. A agricultura é a base da economia do país. Segundo Mouzinho e Nandja (2006), mais de 70% da população vivem em áreas rurais, dedicando-se, principalmente, à agricultura, silvicultura e pesca. Metade da população está na faixa etária de 6-24 anos e a maioria é do sexo feminino. Cerca de 80% do investimento público vai para os setores sociais (educação, saúde e provisão de água), bem como a agricultura, transportes e infra-estruturas rurais.

A capital desse país é Maputo³, sua maior cidade, que está localizada ao sul do país, fazendo limite ao norte com o distrito de Marracuene; a noroeste e oeste com o município da Matola e Boane e ao sul com o distrito de Matutuíne. Chamava-se Lourenço Marques e passou a Maputo, depois da Independência deste país de Portugal em 1975.

Por sua posição estratégica da costa oriental de África, Moçambique tem sido, ao longo dos tempos, ocupada por muitos povos, apresentando um enorme mosaico de indivíduos de diferentes origens e culturas, africanos (negros e mestiços), árabes, indianos, europeus, etc.

Dos povos africanos, destacamos como povoadores de quase toda a África ao sul do deserto do Saara, os grupos étnicos- lingüísticos- descendentes dos Bantu. Assim, em Maputo, encontramos Suahili, Macua-Lomué, Maconde, Ajaua (apesar de serem tipicamente habitantes ao norte do país, assim como, os Nhanjas e os Angoni). Já no sul do país, destacam-se os Tonga (divididos em Changana, Chope, Tsua e Ronga), agricultores e pastores do sul de Moçambique, presentes fortemente hoje na cidade de Maputo.

³ A cidade de Maputo não deve ser confundida com a Província de Maputo, que ocupa o território mais meridional de Moçambique.

No céu da cidade, vemos tanto torres de catedrais como minaretes. E, ao caminharmos junto ao povo desta cidade, percebemos, assim, a presença de católicos e muçulmanos. Nesta direção, não menos importantes, são os templos evangélicos edificadas em inúmeras ruas da cidade e ainda percebemos na população características do Hinduísmo, membros de comunidades, que, na sua maioria, oriundos do Estado de Gujarat, local em que se situavam os enclaves de Goa, Damão e Diu, constituintes também do antigo Estado Português da Índia. Finalmente, lembramo-nos dos anúncios lidos, nos mais diferentes jornais moçambicanos, em que a figura dos feiticeiros e das religiões africanas mostra-se fortemente presentes.

De acordo com dados do governo moçambicano, a diversificada população de Maputo tem, aproximadamente, 1.000.000 habitantes, distribuídos em sua área de 300 km².

A cidade é composta por grandes avenidas cujos nomes fazem alusão a líderes socialistas soviéticos- Marx, Lênin, dentre outros; líderes africanos- Lumumba, por exemplo; e heróis da Independência Moçambicana- Mondlane, Samora Machel e outros.

Maputo possui importantes monumentos, fortalezas, praças, estátuas, que nos elucidam a luta do povo moçambicano para se libertar do colonizador. Destacam-se: a Fortaleza de Maputo; o Museu Nacional da Moeda; a Biblioteca Nacional (ainda que em reforma em março deste ano), a Casa de Ferro, as estátuas de Eduardo Mondlane e de Samora Machel, dentre outras.

Língua, Memória e identidade: considerações teórico-metodológicas

A memória é a mais épica de todas as faculdades.

Walter Benjamin.

As complexas relações, que se estabelecem entre a identidade cultural moçambicana, têm como princípio uma sociedade formada por diferentes etnias, o que implica, ainda que parcialmente, diferentes usos, costumes e línguas distintas. Ao lado desta característica, historicamente, tal sociedade teve como demanda cultural a adoção da Língua Portuguesa como oficial prevista na Constituição da República, de 16 de Novembro de 2004⁴, já que esta opção indica a necessidade unificadora da expressão do país, considerando-se os múltiplos contextos presentes no sentimento da moçambicanidade.

Justamente neste ponto, fez-se mister retomar a definição de Stephen Ullmann, fundamentando-se em Ferdinand Sausseare, de que "a língua é a sùmula total dos sistemas lingüísticos que os membros individuais da comunidade têm na memória" (1977, p.45). Neste aspecto, as tensões que se estabelecem entre uma língua oficial e uma língua materna propicia-nos repensar a identidade unificadora, que assume a língua portuguesa oficial, de origem latina e, portanto, diversa da origem das línguas das diferentes etnias, que compõem a identidade nacional moçambicana.

Assim, neste contexto, procuramos superar o desafio, do ponto de vista da melhor metodologia de pesquisa a ser adotada, para uma pesquisa de campo, frente à realidade que nos era apresentada, no curto período de tempo disponível, que se mostrasse adequada para se averiguar, ainda que de modo introdutório e exploratório, as relações sócio-culturais, em Maputo, diante a uma população inserida no *plurilinguismo* sócio-cultural: línguas nativas (anteriores ao processo de colonização portuguesa), línguas estrangeiras (ocidentais e orientais) e, ainda, a Língua Portuguesa. Dito de outro modo: como salvar do esquecimento experiências sociais relevantes, que poderiam nos indicar o caminho da reflexão acerca dos

3 Artigo 10: Língua oficial. Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial" (p.03, disponível em: <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2008).

lugares ocupados pelas diferentes línguas correntes em Maputo, para os sujeitos que fazem a história deste país, há tão pouco tempo independente? Ou seja, como resgatar as memórias da inserção no mundo lusófono após a Independência do país?

De acordo com Pollak (1992), a memória é, em parte, herdada e não se refere apenas à vida física da pessoa. Essa sofre flutuações por ser afetada pelo momento em que se expressa. Ou seja, são as preocupações do momento as condições reais em que o sujeito se encontra, que estrutura a memória desdobrada, com a qual, aquele que ouve, pode ter acesso. E ainda, para o autor "a memória é um fenômeno construído" (1992, p. 210) e como tal apresenta três elementos essenciais guiados pelo eixo de que se reconstitui a memória tanto para si como para os outros: 1) A memória está imersa em uma unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo. 2) A memória é inserida na linha do tempo; no sentido físico da palavra e, também, no sentido moral e psicológico. 3) A memória, ao ser explicitada, pede o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo, sejam efetivamente unificados.

Para Pollak (1992), estes três elementos são fundamentais – pois, fornecem o sentimento de unidade para a pessoa - de modo que, se houver forte ruptura em um deles - o que implica na quebra dos demais - observam-se fenômenos patológicos.

Sendo assim, no contexto da realização desta pesquisa, entendemos a memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, já que ela é fator indispensável na unidade do ser, na reconstrução de si e de seu grupo. Ao assimilarmos a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que, necessariamente, escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo: este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de

mudança, de negociação, de transformação, em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem, perfeitamente, ser negociadas, e não são fenômenos que a serem compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 211).

As memórias fazem evocar uma parte significativa da infância, que estabeleceu contato com as diferentes instâncias do mundo social. Por meio do resgate da memória, buscamos o enigma que é a formação do ser humano, desde a infância, inserido em uma sociedade previamente definida.

Diante destas opções e considerações teóricas, optamos pela abordagem qualitativa da pesquisa, sendo que tivemos contato estreito com 42 dos sujeitos investigados e, apenas, com três deles, procedemos à aplicação de um questionário, contendo o mesmo teor da entrevista. Por meio do resgate destas memórias, procuramos recuperar as lembranças relacionadas ao aprendizado da Língua Portuguesa. Buscávamos, assim, tentar conhecer as relações entre este aprendizado e a formação das memórias em si, diante das complexas relações e das riquezas culturais deste povo, especificamente, na tentativa de reconstruir e dar-se a conhecer uma identidade que se oraliza, que se mostra pelo ato de contar. Para tanto, consideramos que, ao falar e ao se utilizar da fala, cada sujeito se torna “senhor absoluto de sua fala” (1977, p.45), com controle sobre ela, por seu caráter individual. Entretanto, enquanto pesquisadores, durante a realização deste trabalho de campo, nós estivemos atentos ao fato de que a comunicação estabelecida entre pesquisador e sujeito se efetivou na língua oficial – institucionalizada. Ao relatar em Língua Portuguesa, os sujeitos deste trabalho, efetivaram uma narração oral, isto é, contaram-nos uma história

rememorada, reminiscência carregada de entonações psicológicas, que foram substancialmente prejudicadas, por não conter elementos da tradição.

Procedimentos metodológicos

Neste conjunto de policulturas, que vivenciamos em missão de trabalho, em Moçambique, no mês de março deste ano de 2008, com o apoio do CNPq, um dos aspectos a serem analisados, que nos propusemos essencial, refere-se como visto acima, ao registro oral, utilizando-se de roteiro de entrevista semi-estruturado. Intentávamos, permitir aos sujeitos construir, espontaneamente, a narração de sua história, tendo como parâmetro inicial o contato destes com o mundo lusófono. Ou seja, optamos pelo método de pesquisa denominado “história oral” para referendar as fontes primárias da investigação. Tal metodologia a partir da metade do século XX firmou sua confiabilidade, principalmente, favorecida pelo advento de mídias, como o gravador. Por estes novos recursos, esta metodologia passou a contar com o registro documental, ampliando, assim, os olhares sobre o mesmo acontecimento, contando, para tanto, com o sujeito agente, com as suas narrativas orais individuais, percebidas em um tempo/espço sócio-histórico.

Nosso recorte na coleta de dados, limitou-se a sujeitos moradores da cidade de Maputo, que se encontrassem em ambientes comuns ao cotidiano da capital, caracterizando, dentro do possível, o mínimo de formalidade. Esses parâmetros objetivaram considerar, também, as trajetórias pessoais e, com estas, reascender a memória, tendo como motivo o primeiro contato com a língua oficial, nas modalidades oral e escrita. Paralelamente, buscávamos encontrar subsídios para as relações que se estabeleceriam entre língua oficial e língua materna, uma vez que na mesma Constituição do país (2004, p.03) as várias línguas, que

compõem a paisagem cultural de Moçambique, encontram-se valorizadas⁵, enquanto patrimônio cultural e educacional. Fato que nos permitiu agregar aos resultados a valorização da identidade, dentro deste contexto.

Assim, os dados foram coletados em diversos locais que compõem a paisagem urbana de Maputo: lojas, bares, supermercados, restaurantes, escolas, bibliotecas, procurando favorecer, aos nossos entrevistados, a arte de narrar.=

Dos depoimentos obtidos junto aos 45 sujeitos desta pesquisa, observamos as seguintes condições prévias:

1- Sujeitos escolhidos de modo aleatório, quanto à faixa etária, condição sócio-econômica, sexo e níveis de escolaridade.

2- Sujeitos efetivamente moradores de Maputo.

3- Sujeitos de nacionalidade moçambicana, oriunda do nascimento no país.

Atendidas estas condições, a coleta de dados compreendeu os seguintes passos:

- Conversas informais acerca de assuntos triviais: vida, motivos da permanência do pesquisador no local, o nosso dia-a-dia em missão de trabalho, na zona central da capital Maputo.

- Convite para algumas destas pessoas relatarem a forma de contato com a língua oficial do país, a língua portuguesa.

- Um roteiro mínimo para a condução do registro gravado da coleta de dados, em que se distinguisse a faixa etária dos sujeitos, a identidade – origem, isto é, etnia, língua materna.

Também, a solicitação da idade em que teve contato/ aprendizagem com a Língua Portuguesa, a forma como aconteceu: as memórias deste aprendizado.

⁵ Não podemos nos esquecer de que o Estado Moçambicano valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional, promovendo o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da identidade nacional.

- As entrevistas eram gravadas e, algumas, anotadas para depois serem reescritas. Também, foram distribuídos, junto a alunos do curso de Pós-Graduação em Educação de Adultos na Universidade Eduardo Mondlane, 13 questionários para preenchimento e posterior devolução, com o mesmo objetivo das entrevistas.
- Transcrição na íntegra das entrevistas.
- Análise e tratamento dos resultados.

Ainda ressaltamos que todo o processo contou com a permissão do entrevistado.

Do tratamento dos dados e resultados preliminares

Dos 15 questionários impressos distribuídos, conforme acima, somente 03 retornaram totalmente preenchidos, sendo, portanto, uma amostra comprometida, somente servindo para corroborar os resultados da coleta oral de dados.

Os registros orais coletados para a investigação foram transcritos, seguindo os direcionamentos de Tourtier-Bonazzi (2001), proposto no texto “Arquivos: propostas metodológicas” e, após o devido tratamento do material coletado, procedemos às análises e reflexões sobre o mesmo, dando relevância a cada silêncio, cada riso ou cada ruptura do discurso, pois para Thompson, "a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios" e acrescenta: “os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes (1992, p. 204 - 205).”

Os resultados dos registros, dentre os 45 nativos entrevistados, seguindo-se os aspectos aleatórios, apontam para uma faixa etária entre 16 e 50 anos, em uma população de ambos os sexos e de condição sócio-econômica variada e de diversos níveis de escolaridade e de variado grupo étnico-lingüístico, conforme demonstra o quadro abaixo:

Grupo etno-lingüístico	Homem Até 25 anos	Homem Até 45 anos	Homem Acima de 45 anos	Mulher Até 25 anos	Mulher Até 45 anos	Mulher Acima de 45 anos	Total
Changana	2	3	2	6			13
Chope		3	1	1	1		6
Tsua		2				1	3
Ronga		4	3	3	1	2	13
Maconde		1	1				2
Outros	3	1	1		2	1	8
Total	5	14	8	10	4	4	45

Conforme o quadro acima, é relevante destacar que os entrevistados pertencem a diferentes grupos étnico-lingüísticos, e que dentre estes sujeitos nativos e habitantes do espaço urbano de Maputo, nenhum deles teve a Língua Portuguesa como língua materna. Aprenderam a língua oficial, na modalidade escrita, majoritariamente, na instituição escolar. Já na modalidade oral, o contato inicial deu-se em casa (em torno de 70%). Entretanto, a aquisição do domínio da leitura e da escrita ocorreu na escola (em torno de 90%).

Também ressaltamos que, das 45 entrevistas e questionários realizados, apenas 25% das pessoas declararam ter experiências significativas com o aprendizado da Língua Portuguesa. Os demais disseram que “no momento não tinham nada para dizer” ou “que não se lembravam de nada interessante” ou ainda “que precisariam pensar mais um pouco”.

Sendo assim, do nosso universo de pesquisa (45 entrevistados), para fins desta reflexão, contamos apenas com depoimentos de 11 deles e que estes pesquisados guardam em suas lembranças acerca do aprendizado da Língua Portuguesa relativas: à sua própria vida, à vida de seus familiares próximos (mãe, filhos, avós) e de momentos vivenciados na instituição escolar.

Por exemplo, um jovem, 25 anos, estudante de décima primeira classe, que se autodenominou da etnia Bantu, disse-nos ter ficado *emocionado ao aprender o abecedário e quando viu o filho falando língua portuguesa.*

Do mesmo modo, outro de nossos entrevistados, homem, 26 anos, estudante do décimo segundo ano, cuja língua materna foi o Changana, declarou-nos: *Eu aprendi a escrever em Português em Maputo, com sete ou oito anos. Me emociono ao lembrar quando aprendi o abecedário. Ah... também quando ganhei o título de melhor poeta da escola no ensino secundário é inesquecível.*

Nesta direção, destacamos passagem da entrevista concedida por uma mulher, 25 anos, bacharel em Turismo, cuja língua materna foi o Changana:

Eu me emociono quando lembro do texto literário que fiz transformado em teatro quando estava na décima classe e de uma professora de Português, que incentivava a leitura de quatro livros, que eram de leitura obrigatória. Destes tinha que fazer um resumo, ficha de literatura, uma conversa, peça teatral e poesia. Ela ainda acrescenta tive grande emoção quando consegui ler a Bíblia e quando ensinei meu irmão mais novo por meio de ditados, ocasiões divertidas.

Com relação às memórias relacionadas ao aprendizado da língua portuguesa e a de parentes próximos da família, destacamos o depoimento de uma mulher, 32 anos, que estudou até o décimo segundo ano: *Fico emocionada [quando me lembro] de quando dominei*

perfeitamente a leitura da língua e também quando ouvi meu filho começar a falar nesta língua. E ainda, destacamos a narração de uma jovem mulher, 19 anos, estudante de décima primeira classe, que tem nos familiares a língua materna Bitonga e que aprendeu a falar o Português com um ano em casa e a escrever com cinco anos em casa também: eu me emociono quando lembro dos momentos quando ensinava a minha avó a falar e a escrever em Português...Era lindo, emocionante.

Além destes, para este artigo, transcrevemos o depoimento emocionado que um homem de 38 anos, cuja língua materna é o Ronga, com grau universitário, ao relatar a respeito de quando conseguiu falar na Língua Portuguesa em Matola, grande Maputo: *Até os dez anos, eu tinha um conhecimento da Língua Portuguesa muito pobre e muitos conhecidos riam de mim. Isto me fazia muito mal e fazia com que eu evitasse falar.*

Outra estudante, que tem como língua materna o Sena/Shona, também com nível universitário, aprendeu a falar, ler e escrever a Língua Portuguesa com dez de idade na escola em Maputo. Apesar disto, contou-nos sobre o momento inesquecível – de grande sofrimento- que vivenciou quando prestou exame para ingressar no ensino superior: *Foi um grande sofrimento fazer este exame para ingressar no curso superior aqui em Maputo. Eu tinha aprendido a língua quando era criança, mas deixei de praticar porque fui morar no Zimbabwe e lá se fala Inglês.*

Com outra conotação, temos o depoimento de uma jovem, 24 anos, garçonete, falante nativa de Ronga. *Ah, eu me lembro de quando escutei filho da puta na escola. Cheguei em casa e chamei minha mãe de puta. Mas eu não sabia o que era e eu também não. Aí minha tia veio e explicou (risos).*

Finalmente, acrescentamos que nossos registros propiciaram a contextualização de aspectos sócio-culturais, que evidenciam a confluência- nas narrativas- a memória viva dos povos

irmãos moçambicanos, que levam à assertiva que ressignifica a identidade da nação, pois "recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade (THOMPSON, 1992, p.2008)".

Considerações finais

Ter recorrido à metodologia de pesquisa de coleta de dados, por meio de registros orais, propiciou-nos conhecer, ainda que não em profundidade, percursos individuais e compartilhar as experiências significativas de alguns representantes dos povos moçambicanos, no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa.

Pareceu-nos decisivo a relação, em uma primeira infância, com a Língua Portuguesa oral, falada como segunda língua, dentro das etnias, cuja língua materna compõe-se de uma imensa diversidade.

Como já dissemos, nenhum dos entrevistados teve como língua materna, a Língua Portuguesa. Esta, por ser a oficial e carregar a estatura de “língua padrão unificadora”, distancia-se da comunicação espontânea da sociedade. Aspecto que vem corroborado por somente um dos entrevistados ter aprendido a modalidade escrita da língua portuguesa em casa e, portanto, fora de um ambiente institucionalizado. Para todos os demais, a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, tem seu processo de aprendizagem iniciado na instituição escola, portanto em ambiente formal. Inferimos, também, na mesma direção, que o fato de não se expressarem na sua língua materna, fez com que 34, dos 45 sujeitos entrevistados afirmassem não ter nada de importante a contar acerca do aprendizado da língua do antigo colonizador.

Foi-nos possível constatar também o papel efetivo da escola, no aprendizado formal da Língua Portuguesa escrita, na medida em que esta instituição produz, nas histórias de vida dos moradores de Maputo, memórias que atravessam o tempo e acompanham o sujeito.

Na realidade da capital do país, observamos que, boa parte dos sujeitos entrevistados, aprenderam a falar Português em suas casas⁶ e, ainda, o uso corrente desta língua, no ambiente de trabalho, mostrou-se como um elemento, que faz desta língua oficial, importante instrumento de inserção econômica e social.

Além destas considerações, do ponto de vista da recente história do país, constatamos que os sujeitos mais jovens desta pesquisa ouviram a modalidade oral da língua oficial em casa, dominando-a, oralmente, antes dos sete anos, mas como segunda língua e não como língua materna. Já as pessoas acima de 40 anos – que viveram, portanto, sob o regime colonial, vieram a aprender o Português mais tardiamente, por volta dos 10, 12 anos e na escola, isto é, de forma institucionalizada.

Assim, diante das complexas relações que se estabeleceram no emaranhado humano, que as memórias trouxeram, foi-nos possível contribuir, de alguma forma, para disseminar a riqueza histórica e sócio-cultural dos povos moçambicanos e, de forma específica, de habitantes nativos do país, moradores de Maputo, capital.

Com estas primeiras reflexões, propomo-nos a partilhar de conhecimentos e colocamo-nos a meta de dar continuidade a esta pesquisa, na tentativa de contribuir para a efetiva implementação da Lei 10639/03, por meio da organização e divulgação dos dados e resultados colhidos sobre as culturas africanas, pois acreditamos que ao compartilhar,

⁶ O mesmo não pode ser dito para outras regiões de Moçambique tendo em vista diversos programas de alfabetização que, no início, ficam anos ensinando apenas o Português falado.

enriquecemos a memória social, tanto de brasileiros, como moçambicanos, angolanos, dentre outros povos.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOSI, Ecléa.. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos . 3ª ed., São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Memória social e cidadania. In: **Caderno CEDES**. vol.18, n.42. Campinas. Agosto/97.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral . Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MOUZINHO, Mário e NANDJA, Débora. A Alfabetização em Moçambique: Desafios da Educação Para Todos. In: **EFA Global Monitoring 2006**, UNESCO, Paris.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

THOMPSON, Paulo. **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 2001: 233-46.

ULMANN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 4.ed. Trad. J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1977. Do original em inglês: **Semantics**: an introduction to the science of meaning.

Sites visitados

Lei 10.639/03. Acessada em 01/06/2008 em <http://www.mec.gov>.

Constituição de Moçambique em <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2008).